

CORREIO NACIONAL

Reprodução
Metas apresentam indicadores para 2025, 2026 e 2027

STF homologa plano para melhorar presídios

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu homologar o Plano Pena Justa, elaborado pelo governo federal e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para enfrentar os problemas encontrados nos presídios do país.

A questão foi decidida em sessão virtual do plenário, que foi encerrada no último dia 19.

O plano foi protocolado em setembro deste ano no âmbito da ação na qual o Supremo determinou a elaboração de um

plano nacional de enfrentamento aos problemas dos presídios brasileiros, como superlotação de detentos e disputas entre facções.

A determinação ocorreu em outubro de 2023, quando o STF estabeleceu o estado de coisas inconstitucional nas prisões do Brasil.

Com a decisão, a União e os estados foram obrigados a elaborar um plano para enfrentar os problemas do sistema penitenciário.

Consulta sobre obras do PNLD

O Ministério da Educação (MEC) irá consultar, por meio de formulário online, dirigentes e secretários municipais de todo o país sobre a incorporação das obras do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) às práticas pedagógicas do cotidiano das instituições de ensino.

A pesquisa, cujo link foi encaminhado por email aos gestores, poderá ser respondida até 31 de janeiro e ser acessada também pelo Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação (Simec).

É a primeira iniciativa de diagnóstico do programa.

Coleta de células-tronco

O Sistema Único de Saúde (SUS) tem registrado aumento do número de coleta de células de medula óssea nos últimos anos. Até novembro de 2024, o total de células-tronco de medula óssea destinadas à doação chegou a 431, número 8% maior do que o registrado em todo o ano ante-

rior (398). Em 2022 foram disponibilizadas 382 células-tronco.

Aumentou também o número de novos doadores, passando de 119 mil em 2022 para 129 mil, entre janeiro e novembro de 2024, segundo o Registro Brasileiro de Doadores Voluntários de Medula Óssea (Redome).

CNJ suspende pagamento a juízes

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) decidiu suspender o pagamento de auxílio-alimentação natalino de R\$ 10.055,00 aprovado para juízes e servidores do Tribunal de Justiça do Mato Grosso (TJMT).

A decisão foi proferida na última sexta-feira (20) pelo corregedor nacional de Justiça, Mauro Cam-

pbell Marques, e suspendeu a deliberação do Conselho da Magistratura do TJMT que foi aprovada no dia 17 de dezembro para garantir o repasse do benefício no mês de dezembro.

A norma também reajustou o auxílio mensal dos meses seguintes para R\$ 2.055,00.

Expediente bancário tem alterações

As festas de final de ano vão alterar o expediente bancário nas próximas duas semanas. No dia 24 de dezembro, véspera de Natal, os bancos terão o horário de atendimento ao público reduzido, das 9h às 11h, horário de Brasília. Já na véspera do Ano Novo, dia 31, não haverá

expediente e as compensações bancárias não serão efetivadas, incluindo a TED.

De acordo com a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), somente o PIX, sistema que funciona 24 horas todos os dias e feriados, poderá ser feito normalmente.

Restrição a celulares em escolas

O Senado Federal aprovou o Projeto de Lei que restringe o uso de celular e outros aparelhos eletrônicos portáteis em escolas públicas e privadas por todo o país.

O ministro da Educação, Camilo Santana, destacou o caráter nocivo do uso de telas por crianças

e adolescentes. "Há vários estudos de especialistas mostrando os riscos e os transtornos que o uso de telas pode causar no ser humano, tem inclusive estudos científicos mostrando o aumento de problemas na adolescência em jovens pelo uso excessivo de telas".

Falta de recursos é desafio para combater racismo

Relatório mapeou ações da gestão pública por igualdade

Um relatório feito pela Fundação Tide Setubal mapeou 913 ações municipais realizadas entre 2021 e 2023 e 157 ações estaduais implementadas em 2023, destacando discrepâncias regionais e lacunas significativas com relação às ações de combate ao racismo e promoção da igualdade pela gestão pública brasileira.

O estudo identifica avanços como a ampliação de iniciativas no campo da educação e da cultura, mas também evidencia desafios estruturais, incluindo a ausência de transversalidade nas políticas públicas e a insuficiência de recursos financeiros.

Segundo o relatório "Mapeamento de Ações de Combate ao Racismo e Promoção da Igualdade pela Gestão Pública Brasileira" as 913 ações municipais foram identificadas em 130 cidades, com uma média de 6,76 ações por município. O destaque em números absolutos ficou com o Nordeste e o Sudeste registrou a maior média por município (10,75). Também foi identificado que apenas 3,3% das iniciativas contaram com orçamento próprio identificado, o que com-

Freepik
O estudo identifica avanços como a ampliação de iniciativas na educação e cultura

promete sua sustentabilidade.

Os dados revelam também que, em 2023, os estados implementaram 157 ações, com destaque para educação (52%), cultura (27%) e segurança pública (17%), com nove ações apresentando orçamento explícito, utilizando recursos próprios, emendas parlamentares ou parcerias.

A pesquisa constatou ainda que a implementação e a continuidade das ações mapeadas

enfrentam desafios, incluindo dificuldades em assegurar a execução efetiva e a falta de garantias de investimentos a longo prazo. "Nota-se que a falta de acesso a informações técnicas relevantes nos meios de comunicação oficiais das gestões e a dificuldade em obter detalhes sobre os valores investidos nas ações também são pontos de preocupação", demonstra o documento.

De acordo com o profes-

sor da Universidade Estadual de Maringá, secretário executivo da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros e pesquisador visitante da FGV Direito SP, Delton Felipe, o potencial do mapeamento é significativo, especialmente no que diz respeito à gestão pública nos estados e municípios, pois permite avaliar como estão trabalhando na promoção do combate ao racismo e na busca pela igualdade.

Apreensões do Ibama serão doadas

O Serviço Social do Comércio (Sesc) e o Ibama firmaram parceria para que, a partir de 2025, alimentos apreendidos em ações de fiscalização ambiental sejam destinados ao programa Sesc Mesa Brasil, ampliando a rede de apoio a famílias em situação de vulnerabilidade social. O acordo de cooperação técnica visa fortalecer o combate à fome e o desperdício de alimentos no Brasil.

As doações do Ibama, por serem em grande parte produtos de origem animal, ampliam a inclusão de proteína nas refeições oferecidas pelas entidades assistenciais cadastradas no Sesc Mesa Brasil.

Por terem um valor mais alto e por serem perecíveis, esses produtos de proteína animal, normalmente, são recebidos em menor quantidade pelo programa.

"O acordo vai representar um importante reforço nutricional para as pessoas atendidas. A parceria representa, ainda, o comprometimento do Sesc com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização

Freepik
Produtos destinam-se a asilos, creches e associações

das Nações Unidas (ONU), em especial a meta de erradicação da fome", explica o Sesc.

"Essa parceria traz inúmeras vantagens para todos. Entre elas, está o aproveitamento responsável de alimentos que seriam descartados, contribuindo para a redução do desperdício e a eficiência no uso de recursos. Além disso, fortalece o papel social do Sesc, que amplia sua capacidade de atender comunidades vulneráveis", destaca José Roberto Tadros, presidente do

Sistema CNC-Sesc-Senac.

O Sesc Mesa Brasil vai encerrar 2024 com a maior arrecadação de alimentos desde sua criação, há três décadas. São mais de 52 milhões de quilos em doações e a expectativa é que o balanço total do ano chegue a 55 milhões de quilos, impulsionados pelas campanhas natalinas realizadas em dezembro. A marca histórica é mais uma celebração nos 30 anos do programa de combate à fome e ao desperdício de alimentos.

STF

STF mantém RJ sem Regime de Recuperação

O ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal, decidiu suspender as punições contra o Rio de Janeiro impostas pela União por suposto descumprimento das regras do Regime de Recuperação Fiscal.

Ele também garantiu que o estado fluminense tenha o direito de pagar suas dívidas com o ente nacional em parcelas equivalentes aos valores de 2023 até o final de junho de 2025.

A decisão foi dada na última sexta-feira (20).

Em maio deste ano, o Ministério da Fazenda informou que o Rio de Janeiro violou o acordo com a União para a quitação de sua dívida.

STJ

Sistemas podem apresentar instabilidade

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) informa que, em virtude da implementação de melhorias em seu ambiente computacional, algumas plataformas virtuais e serviços do portal do tribunal podem apresentar instabilidade entre os dias 27 e 30 de dezembro. A iniciativa visa aprimorar a segurança e a disponibilidade de produtos e serviços tecnológicos para o público.

As indisponibilidades temporárias podem acontecer nos ambientes de Relações Internacionais, Transparência e Prestação de Contas, Balcão Virtual, Carta de Serviços, Agenda 2030 e Espaço História, Memória e Cidadania.

TSE

TSE passa por nova atualização em sistema

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) realizou no último sábado (21), iniciando às 0h, atualizações no banco de dados Oracle e em sistemas relacionados ao Cadastro Nacional de Eleitores.

A previsão é de que o procedimento dure 48 horas. A medida será realizada pela Secretaria de Tecnologia da Informação (STI).

A nova atualização impactará os seguintes sistemas e aplicativos dos Portais do TSE e dos tribunais regionais eleitorais (TREs): Título Net (Autoatendimento), e-Título, Sistema ELO e serviços externos que fazem uso da base do Cadastro Eleitoral.

STF

Reintegração de posse de Ocupação Linha do Trem

O ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendeu ordem de reintegração de posse de área conhecida como Ocupação Linha do Trem, próxima aos Parques Naturais de Varginha e do Itaim, no Município de São Paulo. A área é ocupada por cerca de 80 famílias. Em análise preliminar do caso, o ministro avaliou que o regime de transição definido pelo STF na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 828 não está sendo plenamente observado nos atos de remoção. Nessa ação, a Corte determinou que os tribunais instalem comissões de conflitos fundiários.